



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006617-51.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Atos Administrativos**
 Impetrante: **Wilcerlei Cristina Marchi**
 Impetrado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **Wilcerlei Cristina Marchi** contra ato da **Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas** e da **Chefe da Seção de Recrutamento e Seleção de Servidores** alegando, em síntese, que foi aprovada no Concurso Público nº 396, promovido pelo Município, para o cargo de Professor e nomeada para tomar posse no cargo com vínculo válido até 12/2016, mas acabou sendo impedida de tomar posse, em virtude de decisão das autoridades apontadas como coatoras, sob o argumento de que já ocupava o cargo de professora na rede municipal, bem como de que é professora municipal aposentada. Sustenta que inexistente impedimento para que possa assumir o novo posto, pois a Constituição Federal garante a cumulação de cargos de professor, não podendo a aposentadoria ser considerada como um cargo efetivo. Assim, entende ter direito líquido e certo a ser admitida pela Administração Municipal, razão pela qual promoveu esta ação, pleiteando, liminarmente, seja empossada no cargo para o qual foi nomeada.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 11/29.

A liminar foi indeferida (fls. 30/32). Desta decisão a impetrante interpôs agravo de instrumento (fls. 53), ao qual foi negado provimento, conforme consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo¹.

¹ <http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=2145045-45.2016&foroNumeroUnificado=0000&dePesquisaNuUnificado=214504545.2016.8.26.0000&dePesquisaNuAntigo=>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Município de São Carlos prestou informações (fls. 46/51), pedindo a exclusão da Chefe de Seção de Recrutamento e Seleção de Servidores do polo passivo eis que não possui capacidade decisória, e, no mais, sustenta inexistir direito líquido e certo a embasar o *mandamus*.

O Ministério Público informou não haver interesse público que justificasse a sua intervenção (fls. 68/69).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

A Chefe de Seção deve ser excluída do polo passivo, ante a ausência de capacidade decisória no âmbito administrativo, demonstrada nas informações. Proceda-se as anotações necessárias.

No mais, a segurança requerida na inicial não tem como ser concedida.

A impetrante é aposentada, recebendo proventos da Fazenda do Estado; Também ocupa o cargo de professora na rede pública municipal e pugna pela sua nomeação e posse ao novo cargo de Professor I - Temporário sob o argumento de que estaria a acumular dois cargos de professor, bem como de que inexistente óbice para o acúmulo destes vencimentos com seu provento, uma vez que a aposentadoria do terceiro cargo foi concedida pelo regime celetista.

Pois bem.

Há vedação constitucional quanto ao acúmulo triplice de remuneração, nos termos do artigo 37º, inciso XVI e § 10º, da Constituição Federal.

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Observa-se, dessa forma, que acumular dois cargos de professor é perfeitamente possível. Aliás, isso já ocorre com a impetrante, que ocupa um cargo ativo e outro inativo de professor.

No entanto, a norma constitucional veda o acúmulo tríptico de proventos e vencimentos. Isto porque extrapola a exceção permitida.

Neste sentido é a jurisprudência do C. STF:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS DE PROFESSOR. ACÚMULO QUÁDRUPLO DE REMUNERAÇÕES. ART. 11 DA EC 20/98. INVIABILIDADE. 1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, apenas se permite a acumulação de proventos e vencimentos quando se tratar de cargos, funções, ou empregos acumuláveis na atividade, conforme permitido pela Constituição. 2. Não se admite acúmulo quádruplo de provimentos e vencimentos de professor, mesmo que decorrentes de aprovações em concursos públicos anteriores à vigência da EC 20/98 (AI 545.424 AgR-AgR, 2ª Turma, Min. Celso de Mello, DJe de 25/03/13; AI 529.499 AgR, 1ª Turma, Min. Ricardo Lewandowski, DJe 17/11/10). Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega Provimento. (RE 432682 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 25/06/2013).

No mesmo sentido: STF - AGRAG 83917-SP, RE 81729-SP, RE 163204-SP, MS 22182-DF, RE 141376-RJ, AGRAG 302522 STJ - RMS 13715-PR, RMS 13052-PR, RMS 10677-RJ, RMS 11944-PR, MS 7166- DF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, a denegação da segurança é medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando a impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no artigo 98, parágrafo 3.º, do Código de Processo Civil.

Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

P.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA